

A dependência do que acontece no exterior (1)

Dívida externa

Carlos R. Schneider (*)

Podemos afirmar sem receio que o comportamento da dívida externa continua sendo tão importante para a estabilização da nossa economia quanto o esforço interno de disciplinamento e de criação de riquezas.



Interessa ao Brasil honrar os seus compromissos externos, porque estamos engajados no comércio internacional e dependemos dele não só para colocarmos as nossas exportações mas principalmente para obtermos produtos e serviços indispensáveis ao nosso desenvolvimento. O país que procurar, hoje, isolar-se economicamente estará optando espontaneamente por um modelo menos desenvolvimentista, especialmente se for país não desenvolvido.

É fundamental, então, adequarmos os nossos compromissos à nossa capacidade de cumpri-los. Este é o principal trabalho

a ser desenvolvido na área externa.

O Brasil apresenta hoje uma dívida externa de quase US\$ 100 bilhões, que se transformou em pesadelo nacional e tem pelo menos três responsáveis:

1º) O Brasil, que não soube resistir às tentadoras ofertas de petrodólares baratos com o primeiro choque do petróleo e, pior, aplicou mal e desperdiçou grande parte desses recursos;

2º) Os bancos internacionais, que, buscando altos lucros, passaram a financiar indiretamente os balanços de pagamentos de vários países com os petrodólares que estavam sendo depositados em seus cofres, sem um prévio e adequado trabalho de avaliação de crédito e de capacidade de pagamento destes tomadores. Por um lado, então, estes tomadores foram imprudentes, porque se endividaram além de sua capacidade de pagamento; e, por outro, os banqueiros também o foram por falta de cuidado. Mas certamente estes problemas não teriam atingido as atuais proporções não fos-

sem o segundo choque do petróleo e especialmente o choque dos juros, justificando a indicação de um terceiro responsável pela situação da nossa dívida;

3º) A política econômica americana. Quando o Brasil firmou os contratos de financiamentos externos com a cláusula de taxas de juros flutuantes, não imaginava que estas taxas poderiam chegar aos níveis que temos presenciado nos últimos anos. Assim, passamos a precisar de crescentes aportes de poupanças externas para fazer frente ao serviço da dívida, num processo que fez crescer a nossa dívida externa em progressão geométrica. E foi a forma que o governo americano escolheu para complementar o seu orçamento fiscal que provocou essa escalada dos juros. Reduzindo impostos ao mesmo tempo que expandia os seus gastos, principalmente no campo militar, o Tesouro americano teve de buscar dinheiro no mercado, disputando-o com os demais tomadores. E este processo já produziu um déficit interno de quase US\$ 200 bilhões nos EUA.

Daqui para frente, portanto, o equacionamento do nosso problema de dívida externa vai depender pelo menos tanto do comportamento do déficit interno americano quanto de um desempenho favorável da nossa balança comercial, uma vez que um aumento nas taxas de juros internacionais pode absorver rapidamente quaisquer saldos positivos que conseguirmos no comércio externo. E, na medida em que o governo americano não equilibrar as suas receitas e despesas, terá de continuar captando dólares no sistema financeiro internacional, seja para rolar a sua dívida, seja para expandi-la. E as pressões sobre as taxas de juros continuarão.

Os títulos de longo prazo do Tesouro americano estão pagando atualmente, em termos reais, a remuneração mais elevada dos últimos trinta anos. Isto tem provocado a explosão do dólar no mercado internacional, levando a moeda dos EUA às mais altas cotações dos últimos dez anos. E os demais países desenvolvidos, numa tentativa de conter a migra-

ção em massa de capitais para o mercado financeiro americano, têm sido obrigados a elevar também as suas taxas de juros, sacramentando, por assim dizer, o processo.

Este mecanismo demonstra a vulnerabilidade do atual processo de recuperação. Uma eventual nova escalada nas taxas de juros nominais, em decorrência, por exemplo, de um recrudescimento da inflação nos países desenvolvidos, obrigaria os países endividados a acentuar ainda mais as suas políticas recessivas, para conseguirem equilibrar os seus balanços de pagamentos a curto prazo. E desaqueceria também as próprias economias desenvolvidas, uma vez que, a um nível mais elevado de taxa de juros, os empresários destes países investiriam menos e, conseqüentemente, também importariam menos bens de capital e intermediários de países em desenvolvimento, acentuando ainda mais as dificuldades destes últimos.

(*) Diretor da Cia. Industrial H. Carlos Schneider, de Joinville (SC).